FOLHA DE S.PAULO

Publicado em 09/12/2024 - 05:59

Decisões do STJ ajudam governo Lula em pautas difíceis



O ministro do STF Flávio Dino cumprimenta Lula (PT) em cerimônia em Brasília Pedro Ladeira - 22. fev. 24/Folhapress

Decisões de Dino no Supremo ajudam governo Lula a se livrar de dificuldades políticas

Ministro indicado por presidente bloqueou pagamento de emendas parlamentares e aliviou meta fiscal no caso da onda de incêndios

José Marques

BRASÍLIA O ministro Flávio Dino deu decisões e firmou acordos no âmbito do STF (Supremo Tribu-nal Federal) que facilitaram a gestão Lula (PT) no governo federal. As determinações de Dino

ocorreram em processos her-dados na corte da ministra apo-sentada Rosa Weber e do minis-tro André Mendonça.

Dino, que é ex-ministro da Jus-tiça e Segurança Pública de Lula, tomou posse como integrante do Supremo em fevereiro, após ser indicado pelo petista. Com experiência de gestão

no Executivo, ele foi o primei-ro ex-governador a ser aponta-do para uma cadeira no STF desde a promulgação da Constitu-ição de 1988. Dino governou o estado do Maranhão.

Desde que chegou ao tribunal, suas atuações mais expressivas foram concentradas nas emendas parlamentares e na emergência climática, sobre os quais deu decisões em consonância com as necessidades do governo.

Dino tem dito a interlocutores que esses processos não são rela-cionados apenas a uma questão de governo, mas de país. Também tem afirmado que os problemas das emendas e do meio ambiente ultrapassaram o âmbito do go verno Jair Bolsonaro (PL) e che

verno Jair Boisonaro (PL) e che-garam ao governo Lula.

Procurado por meio da assesso-ria do STF, Dino não respondeu.
Os processos que trata-vam das emendas foram her-dados por Dino após Rosa We-ber se aposentar em setembro do ano passado, pouco antes de completar 75 anos. Como presidente do Supremo,

osa comandou em 2022 a derrubada das emendas de relator, usa da para barganhas entre o Con-

gresso e o governo Bolsonaro. Quando chegou às mãos de Di no, os processos já questionavam outras modalidades de emendas que também eram usadas sem transparência por parlamenta-res durante a gestão Lula. A partir de agosto, Dino tomou

decisões suspendendo as trans-ferências. Os bloqueios atingi-ram R\$ 17,5 bilhões em emendas.

Na época, Lula reclamava que o Congresso tinha sequestrado par te do Orçamento. A reunião que selou o acordo foi marcada pelo tom de insatisfação do presiden-te da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

No fim, o governo Lula viu con-templadas algumas das suas de-mandas na negociação e conseguiu redirecionar parte dos recursos nas mãos dos parlamentares para seus projetos.

Dino só liberou o pagamento

Dino so liberou o pagamento das verbas em novembro, o que, em tempos de pressão por corte de gastos, resultou em um alívio nas contas. Essa liberação veio acompanhada de exigências de transparência o que foi inter pretado por parlamentares como uma afronta às competências do Legislativo e um descumprimento do acordo feito anteriormente "Está num momento de mui-

ta turbulência interna por causa desses acontecimentos. Você não deve ver nunca um tribunal legislando", reclamou Lira na ocasião

Iando, reciamou Lira na ocasiao.
A insatisfação do Congresso
chegou a ameaçar o andamento
do pacote de corte de gastos do
ministro Fernando Haddad (Fazenda), mas o governo conseguiu
desatar o nó. O Executivo indicou aos parlamentares a liberação de R\$ 7,8 bilhões em emendas e foi ao STF para pedir reconsideração

das exigências de Dino. Desde o início do debate, depu-

tados veem as movimentações de Dino como alinhadas aos interes ses do governo.

ses do governo.

Já no caso dos desastres climáticos, Dino se tornou o relator
após Mendonça preferir abdicar
da relatoria ao ser derrotado parcialmente em um julgamento sobre o tema no plenário. O gesto
de Mendonça surpreendeu ministros do próprio Supremo.
Nas mãos de Dino, essa ação se
tornou um quarda chura para de

tornou um guarda-chuva para de-cisões a respeito de questões li-gadas ao clima.

O ministro foi presidente do consórcio da Amazônia Legal quando era governador. Ele tem manifestado preocupação com a seca, quando os ribeirinhos fi-cam sem acesso a recursos por usarem os rios como transporte.

Nesse tipo de processo, cha-mado de "estrutural", podem ser usadas aschamadas "decisões em cascata", que visam concretizar um objetivo final. No caso, miti

gar essas urgências. O ministro criou uma mesa de conciliação entre a União, os es-tados e o Ministério Público para tratar da emergência climática. Em meados de setembro, en

quanto a fumaça de incêndios atingia parte do país, o ministro autorizou o governo a emitir cré-ditos extraordinários fora da meta fiscal para o combate ao fogo no Pantanal e na Amazônia. Também flexibilizou uma re-

gra para a contratação e manu-tenção de brigadistas. Em abertura de reunião de con-

ciliação poucos dias depois, Dino justificou a decisão de conceder crédito extraordinário. "Só existe responsabilidade fiscal verda-deira com responsabilidade am-biental. O resto é hipocrisia", disse na ocasião.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Pagina: 4